

**CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS SOBRE PRÁTICAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL
NAS ESCOLAS BRASILEIRAS: CONCEITO, TRAJETÓRIA, INCLUSÃO E
APLICAÇÃO**

**THEORETICAL CONSIDERATIONS ON PRACTICES OF
ENVIRONMENTAL EDUCATION BRAZILIAN IN SCHOOLS: CONCEPT,
TRAJECTORY, INCLUSION AND APPLICATION**

**CONSIDERATIONS THEORIQUES SUR LES PRATIQUES D'ÉDUCATION
ENVIRONNEMENTALE DANS LES ECOLES BRESILIENNES : CONCEPT,
TRAJECTOIRE, INCLUSION ET APPLICABILITE**

Daiane Ferreira BATISTA¹
Mariana Crepaldi de PAULA²

RESUMO: A Educação Ambiental (EA) se apresenta fundamental para a sensibilização da sociedade em relação ao meio ambiente, criando oportunidades para a autonomização e assim possibilitando uma ação responsável e respeitosa. O presente artigo traz uma análise sobre os trabalhos de EA e os possíveis resultados refletidos no meio ambiente, isto se fez necessário devido à preocupação das pessoas pela degradação ambiental proveniente das ações antrópicas. O trabalho traz conceitos dos atos políticos ideológicos formulados nas conferências internacionais que inspiraram diretrizes, leis, ONGs, e que fortaleceram os trabalhos voltados à transformação socio-ambiental. A pesquisa objetivou apresentar os principais conceitos relacionados à Educação Ambiental, apontando um pouco de sua trajetória no Brasil e no mundo, a forma como se deu sua inclusão nas escolas brasileiras, afirmando a importância de ser repassada como disciplina e não como tema transversal e, por fim, apresentando os benefícios de um trabalho educativo engajado e epistemologicamente embasado assim como os problemas de uma aplicação pro-forma, não implicada. A metodologia utilizada consistiu em revisão bibliográfica, através de levantamento de dados e coleta de informações. Concluímos que a EA pode ser uma ferramenta chave para a formação de indivíduos capazes de atuar consciente e sensivelmente, responsáveis pelos atos,

¹ UFG/Campus Jataí-GO. Bolsista CAPES, mestranda do Programa de Pós-graduação de Geografia em Análise Ambiental “Organização do Espaço nos domínios do Cerrado brasileiro”. Licenciada em Geografia pela UEG-Iporá. Email: daiane-fb@hotmail.com

² UFG/Campus Jataí-GO. Bolsista PRODOC, docente do Programa de Pós-Graduação de Geografia em Análise Ambiental “Organização do Espaço nos domínios do Cerrado brasileiro”. Graduada em Engenharia pela USP-SP, possui mestrado em DEA Sociétés Aménagement et Développement pela Université de Pau et des Pays de l'Adour, UPPA, França, doutorado Géographie et Aménagement. Université de Pau et des Pays de l'Adour, UPPA, França, e Pós-Doutorado Universidade Federal de Goiás, UFG, Brasil. Email: jatais@gamil.com

conseguindo se relacionar em grupos de maneira a dar e receber saberes. Além disso, a EA contribui para a reorientação conceitual da situação ambiental.

Palavras Chave: Educação Ambiental, Autonomia, Troca de Saberes.

ABSTRACT: Environmental Education (EE) presents fundamental to societal awareness in relation to the environment, creating opportunities to the empowerment and allowing a responsible and respectful action. This paper presents an analysis of the work of EA and the possible outcomes reflected in the environment, coming from human actions. The work brings concepts of ideological political acts formulated at international conferences that inspired guidelines, laws, NGOs, and that strengthened the work focused on socio-environmental transformation. The research aims to present the key concepts related to environmental education, pointing a bit of its trajectory in Brazil and the world, how they gave their inclusion in Brazilian schools, affirming the importance of being passed as a subject and not as a crosscutting theme, presenting the benefits of an engaged and epistemologically grounded as well as problems in application pro-forma, not involved. The methodology consisted of literature review through data collection and gathering information. We conclude that the EE can be a key tool for the education of individuals able to act consciously and sensibly, responsible for the acts, getting to bond in groups in order to give and receive knowledge. Also EE contributes to the conceptual reorientation of the environmental situation.

Key Words: Environmental Education, Autonomy, Exchange of Knowledge.

RESUMEE: L'éducation environnementale est fondamentale pour la sensibilisation de la société en relation à l'environnement, offrant des opportunités pour l'autonomisation et ainsi rendant possible une action responsable et respectueuse. Cet étude analyse les travaux d'éducation environnementale et les possibles résultats en rapport à l'environnement. Ceci a été nécessaire à cause de la préoccupation portée au publique par la dégradation environnementale des actions anthropiques. Ce travail amène des concepts des actes politique-idéologiques formulés par les conférences internationales qui ont inspiré des directives, lois, ONGs et qui ont renforcé les travaux à vocation de transformation socio-environnementale. La recherche a eu comme objectif présenter les principaux concepts en rapport avec l'éducation environnementale, pointant un peu de son trajectoire au Brésil et dans le monde, la façon dont s'est faite son inclusion dans les écoles brésiliennes, affirmant l'importance d'être travaillé en tant que discipline et non en tant que thème transversale, enfin, présentant les bénéfices d'un travail éducatif engagé et épistémologiquement enraciné ainsi que les problèmes d'une application purement formelle, sans implication. La méthode utilisée a été révision bibliographique collecte de donnés et d'informations. Nous avons conclut que l'éducation environnementale peut être un outil clé pour la formation des individus capables d'agir consciente et sensiblement, responsables par ses actes, pouvant créer des relations en groupes de façon a donner et recevoir des savoirs. En autre l'éducation environnementale contribue pour la réorientation conceptuelle de la situation environnementale.

Mots-clés: Education Environnementale, Autonomie, Échange de Savoirs.

Introdução

No processo de desenvolvimento da sociedade, o homem descobriu, utilizou, modificou e degradou a natureza, em busca de suprir as necessidades de sobrevivência; com o avanço das práticas e técnicas o objetivo resultou em aumento da produtividade, visando à maneira que mais gerasse lucro, almejando apenas o capital sem se preocupar com as consequências acarretadas a natureza. Pelo percebido nos debates com a sociedade sobre as condições atuais do meio ambiente é clara a degradação e falta de conscientização ambiental por parte de todos.

Deste modo, ao analisar o ritmo de vida que é levado pelos homens, nos permite afirmar que as transformações acarretadas ao meio ambiente mostram-se devastadoras. Loureiro (2003) afirma que Educação Ambiental se define por elementos estratégicos na formação étnica cultural e humanista da sociedade pela consciência crítica da relação social sobre a natureza. O aprimoramento dos conceitos torna a participação igualitária, entre todas as disposições dos saberes, seja qual for a posição de classes, as opiniões são válidas e fundamentais para que as práticas amenizadoras dos problemas de ordem natural ocorram, tornando a conscientização uma indutora a sensibilização humana.

Brandão (2007) discorre que os trabalhos voltados a Educação Ambiental nas escolas, não devem apenas ser repassado como conteúdos interdisciplinares ou extracurriculares, mas que apresente disciplina separada, pois, dentro das ideologias pregadas, constroem-se novos paradigmas e oportuna saberes valiosos na formação étnica do aluno. Com isso, o conhecimento particular do aluno sobre o meio ambiente começa a se moldar objetivando a repercussão de bons resultados no futuro, mas a formulação de ideias teóricas e práticas devem ser construídas com coerência e eficácia. A informação traz a modificação da consciência da sociedade perante os temas relatados a Educação Ambiental.

Foram promulgadas algumas leis para que a inclusão da Educação Ambiental ocorresse nas escolas brasileiras. As quais são consideradas como marcos importante na história da Educação Ambiental no Brasil, isto se deu pelo longo processo de interlocução entre, governantes, educadores e ambientalistas. A lei que se mostra mais importante nesta caminhada traz a obrigatoriedade da inclusão da Educação Ambiental nas escolas em todos os

níveis de ensino formal da educação brasileira, sendo ela a Lei 9.795, de 27 de abril de 1999, juntamente com instituição da Política Nacional da Educação Ambiental (BRASIL, 1999).

Para a autora Zakrzewski (2003), é preciso que se tragam para o cotidiano da sociedade os saberes oferecidos nas práticas educativas ambientais, a partir delas é possível haver modificação de informações, pensamentos, hábitos, através do conhecimento correto sobre as práticas de degradação ambiental, e sensibilização do sentimento de responsabilidade com o lugar de vivência. Estes trabalhos também devem ser oferecidos para comunidade, onde os saberes e novas informações se misturam com a cultura das pessoas, sendo aqui o lugar que surge a troca de saberes e a importância da valorização do pensamento de cada indivíduo, levando a conclusão dos desafios ambientais.

Segundo Andrade (2006) as pesquisas de cunho exploratório são conceitos e ideias obtido por fontes bibliográficas com o intuito de proporcionar maiores subsídios sobre determinado tema.

Assim sendo, esta pesquisa justifica-se pela necessidade de mostrar que trabalhos voltados a Educação Ambiental são educativos de forma a oferecer argumentos que buscam apanhar de cada pessoa a opinião crítica, e a percepção de sua importância na participação como cidadão diante do meio ambiente e a sociedade.

O trabalho teve por objetivo fazer levantamento bibliográfico como método explicativo e exploratório sobre Educação Ambiental, com um pequeno histórico sobre seu desenvolvimento no Brasil e no mundo, quais foram suas principais atuações e como elas são vistas e aplicadas em escolas brasileiras. Afirmando a importância da temática em ser aplicada como disciplina científica e não como tema transversal, pois viabiliza a formação de cidadão críticos e capazes de reconhecer suas responsabilidades diante da sociedade e ambiente.

Metodologia

A metodologia utilizada na execução deste trabalho foi a realização de uma revisão bibliográfica de cunho explicativo exploratório, em livros, artigos científicos, dissertações e sites que tratam sobre a Educação Ambiental.

A partir da organização dos dados recolhidos pelos referenciais teóricos, foi feito a triagem dos assuntos conforme o objetivo do tema. A divisão realizada ocorreu de forma que ofereça uma cronologia lógica de informações para facilitar a visualização da proposta.

Os temas abordados buscaram trazer a compreensão dos principais conceitos e práticas trabalhadas na Educação Ambiental; em seguida um breve histórico de sua atuação no Brasil e no mundo incluindo suas principais etapas. Outro tema trabalho refletiu em destacar a importância deste tema no currículo escolar pela formação de cidadão consciente de suas responsabilidades e participação na comunidade, como sujeito ativo e transformador do meio; e por fim apontar o que os autores descrevem como falha no sistema educacional, que deixa a desejar no momento de repassar com eficácia as atividades voltadas a Educação Ambiental, como disciplina separada nas matrizes curriculares.

Referencial teórico

Educação Ambiental

A educação cria e recria conceitos, e eles podem refletir o modo de vida de cada grupo, representando a origem de cada cultura com informações e atitudes diferenciadas. A educação ajuda a “*pensar tipos de homens... ajuda a criá-los*” (BRANDÃO, 1986). As trocas de informações entre os grupos o fazem evoluir, a torná-lo mais humano e sábio, os que sabem ensinam a fazer correto a formular conceitos e exemplos, os que não sabem aprendem corretamente e seguem, “*Ninguém escapa da educação*”, Brandão (1986). Na sociedade, todos são sujeitos à educação seja ela formal ou informal, as trocas de informação resultam em aprendizado fazendo parte da construção do conhecimento.

As discussões com temas ambientais na sociedade e voltados a educação encontra-se cada vez mais presente nos debates sociais, devido à preocupação com a degradação do que é *natural* através dos processos evolutivos da sociedade e da necessidade de usufruir da natureza, ocasionado grande desgaste desafiando a qualidade de vida ambiental. Os problemas percebidos não são novos, apenas estão aumentando gradativamente com o aumento da produção e necessidade habitacional, assim surge a precisão de agir em favor do controle e orientação por interesse geral.

Nas palavras de Jacobi (1998) umas das ações viáveis e importantes a ser ativamente trabalhada na sociedade e nas escolas por estes problemas é aplicabilidade correta da Educação Ambiental, que encontra diversos desafios:

O desafio que se coloca é o de formular uma EA que seja crítica e inovadora em dois níveis -formal e não-formal. Assim, a EA deve ser acima de tudo um ato político voltado para a transformação social. O seu enfoque deve buscar uma perspectiva de ação holística que relacione o homem, a natureza e o universo, tomando como referência o fato de que os recursos naturais se

esgotam e que o principal responsável pela sua degradação é o homem (JACOBI, 1998).

A oferta direcionada aos homens é de serem portadores de direitos e deveres, no reconhecimento do seu papel perante a natureza como criadores de hábitos responsáveis pelas ações reflexivas ao meio ambiente e na qualidade da vida. Isso torna a cidadania um ato igualitário promovendo o reforço dos princípios e valorização sociais, tratando de valores maiores com o seu próprio lugar, consistindo num ato progressivo e contínuo do mesmo modo produtivo e favorável.

De acordo com a Lei 9.795/99,

Entende-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade (BRASIL, 1999, art. 1º).

A humanidade deve se unir para que ações se solidifiquem, atingindo os resultados necessários para alcançar a qualidade viável de vida no presente e garantindo as futuras gerações. Todas as opiniões são importantes neste trabalho educacional, o indivíduo deve se sentir integrado e responsável por suas atitudes.

Nos encontros globais entre vários países o debate sobre o meio ambiente sempre é ou ganha o lugar mais importante, é notável que a situação atual do planeta preocupe a sociedade, por este motivo o grande requerimento sobre os trabalhos com temas voltados a natureza ambiental. Segundo Lourenço (2003) a Educação Ambiental pode ser vista como a formulação positiva de estratégias, por pensamento críticos e coerentes das inter-relações do homem com os fatores de ordem natural e sua atuação na reprodução da trajetória de desestabilização ambiental. É preciso conseguir olhar ao seu redor e perceber o que está sendo feito, se está ou não causando danos ao meio ambiente, e valorizar tudo o que possui vida. Como consequência deste pensamento, concebe mostrar que a falta de conhecimento não é o responsável pelos problemas de cunho ambiental e sim a solução de emancipação global e educacional.

Há diversas formas de aplicar a Educação Ambiental nas escolas ou para a sociedade, mas todas elas devem ter como principal objetivo estabelecer valores por atitudes que envolvam a sociedade, habilidades, conscientização, conhecimentos e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, a mesma vem como elemento indispensável para “o combate à crise ambiental no mundo, devido à urgência da necessidade do homem reordenar suas prioridades.” (DIAS, 1992). Quando os principais objetivos dos trabalhos ambientais

estão no sistema escolar voltados para a formação de sujeitos de forma contínua, a Educação Ambiental é chamada formal, caso seja de ordem coletiva ao público geral através de políticas educativas de sensibilização e conscientização ambiental sem sua defesa pode ser considerada não-formal (BRASIL, 1999).

A Educação Ambiental a ser repassada para a sociedade e nas escolas, não deve ser exposta como meras brincadeiras, ou mesmo ser realizadas, em datas comemorativas para representar tais atividades pedagógicas, ela deve ser aplicada como disciplina que leve a formulação e construção de conhecimento como qualquer outra. O que a difere das demais é que na Educação Ambiental, o conhecimento adquirido levará a alterações informacionais perante certos hábitos e conhecimentos irrisórios, onde a sociedade se verá capaz de tomar novas atitudes diante de ações ambientais, na percepção da sensibilização de suas responsabilidades próprias, que pode ser um processo rápido ou não, depende de cada pessoa; *“O desafio de um projeto de educação ambiental é incentivar as pessoas a se reconhecerem capazes de tomar atitudes”* (MEIRELLES; SANTO, 2005).

A sociedade começa a refletir sobre a situação do meio ambiente, após conseguir enxergar realmente os problemas da degradação, falta de conservação e consciência, e ver que as gerações futuras podem ser prejudicadas se o trabalho coletivo não ocorrer, analisando o que pode ser feito na natureza para que as transformações social seja progressiva e aperfeiçoe diante das ações praticadas. A Educação Ambiental vem para trazer esta conscientização aos cidadãos de maneira que percebam suas práticas e entendam o reflexo dado ao meio ambiente como encargo de responsabilidade pelos atos proporcionados, também reconhecendo a limitação e cultura das pessoas, respeitando as contradições, mas impondo a necessidade de renovação na sensibilização, reconstrução de hábitos e conhecimento culturais nos quais a nossa sociedade foi moldada.

Educação Ambiental Global e no Brasil

Nas últimas décadas, a preocupação levantada pela análise do meio ambiente aumentou, decorrendo do perceptível crescimento populacional que propiciou o desgaste ambiental. Assim surgiram projetos, ONGs, conferências e outras séries de reuniões e órgãos que discutisse o estabelecimento de limites e educar a comunidade, por meio da sensibilização educacional e reconhecimento pessoal da responsabilidade acarretada as atitudes tomadas pela degradação da natureza.

Os trabalhos nas escolas brasileiras voltadas a Educação Ambiental é recente, mostra-se presente a partir dos anos 60 com a percepção do grande avanço no número de habitantes que geraria o aumento do uso de recursos naturais para produção industrial e degradação ambiental, em resposta à necessidade habitacional. Assim surgindo preocupações com o meio ambiente e as futuras gerações, foi possível desenfrear ativas propostas de informatização social diante dos problemas ambientais, que estão presentes no cotidiano e devem ser observados e tratados. Com isto é notável que a qualidade de vida humana se reflita nos avanços das crises ambientais. Desta forma a Educação Ambiental ganhou palco e avançou como desenvolvimento da cidadania consciente. (SECAD/MEC, 2007).

Conferências internacionais e nacionais sobre a Educação Ambiental

Como atividades internacionais voltadas à Educação Ambiental, é possível nomear várias conferências importantes, todas refletiram de alguma forma no Brasil. Em 1972 em Estocolmo foi atribuído com mais precisão discursões sobre a Educação Ambiental. Nesta conferência se fez presente as definições da inserção da temática na agenda internacional, já no ano de 1975 em Belgrado, são lançados objetivos e orientações para o futuro, no qual foram formulados pelos conceitos já desenvolvidos, trabalhos realizados pelo Programa Internacional de Educação Ambiental. Em 1977, aconteceu a realização da Conferência Intergovernamental sobre a Educação Ambiental em Tbilisi, estabelecendo trajetórias de objetivos e métodos na aplicabilidade da Educação Ambiental, que são utilizados até hoje em todos os países, esta organização teve como parceria UNESCO e a ONU e grande participação do Brasil (SECAD/MEC, 2007).

O Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global foi elaborado em 1992 no Fórum Global durante a Rio 92 (Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento), documento se faz importante por tratar da elaboração de princípios voltados a formulação de cidadão com pensamentos críticos, e uma educação para sociedade de forma sustentável, criando exercícios solidários e comunitários, além de trabalhar com o educando de forma que consigam repassar os objetivos corretos da Educação Ambiental nas escolas e sociedade, com visão e interpretação do foco principal sendo a informatização e responsabilização da transformação do sujeito, por um processo em permanente construção sendo político e dinâmico. Projetos de recuperação e conservação da vida do meio ambiente foram planejados, no intuito de estabelecer melhoria na qualidade dos recursos naturais, Secad/MEC (2007).

Na mesma conferência foi dotada a Agenda 21, como plano de ação sobre as áreas que o homem impacta o meio, elaborando planejamentos ambientais na preocupação de conservar a natureza. Em Tessaloniki (1997), foram reafirmados os acordos ocorridos no Rio 92, com alterações por conta das percepções da má autonomia e respaldo do desenvolvimento da Educação Ambiental. (SECAD/MEC, 2007). Numerosas reuniões e tentativas de evolução ocorreram em todo o mundo, sempre com preocupação de mostrar um melhor resultado perante as ações educacionais e políticas, tais trabalhos encontraram desafios e negações, mas vale lembrar que a Educação Ambiental é papel da sociedade geral e não apenas do governo.

Surgimento de órgão que beneficia os trabalhos da Educação Ambiental para a sociedade e escolas brasileiras

No Brasil, em 1973 foi criada o SEMA (Secretaria Especial do Meio Ambiente), com processo de institucionalização, já em 1981 foi implantado na legislação o PNMA (Política Nacional de Meio Ambiente), que se relacionou totalmente na inserção da Educação Ambiental em todos os níveis de ensino, inclusive em trabalhos comunitários, com principal objetivo capacitar as pessoas na defesa do meio ambiente, que foi reforçada na Constituição Federal em 1988 (SECAD/MEC, 2007).

Durante este desenvolvimento de inclusão da Educação Ambiental para comunidade e nas escolas, vários órgãos e projetos foram criados na intenção de auxiliar a execução destes trabalhos, como: Sistema Nacional de Meio Ambiente (Sisnama) Coordenação-Geral de Educação Ambiental (Coea/MEC), Divisão de Educação Ambiental do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Ministério do Meio Ambiente (MMA), Programa Nacional de Educação Ambiental (PRONEA), Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama), Coordenação-Geral de Educação Ambiental (CGEA), Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA) e outros. Em 1997 os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) foram aceitos pelo Conselho Nacional de Educação que resultou em projetos de convivência social voltados a todas as áreas educacionais nas escolas envolvendo a sociedade, Secad/MEC (2007).

Assim, a educação ambiental deve ser vista e tratada acima de tudo como ato político e dinâmico progressivo, com claro objetivo a transformação social diante da identidade individual, desta forma capaz de modificar pensamento e conceitos, com o apoio governamental através de projetos e ações que auxiliem no desenvolvimento destes trabalhos (CARVALHO, 2006). Todos os órgãos que contribuem para a verdadeira Educação

Ambiental visam o aumento da qualidade de vida e do meio ambiente, este trabalho mostra-se eficaz com a integração da comunidade, ao perceberem-se parte da mudança.

Educação Ambiental nas escolas

A educação é somada com os reflexos das trocas de conhecimentos, a valorização dos espaços educacionais traz embasamento para a evolução da formulação de ideias, para o aluno propicia opções de criticar e dar opiniões.

É importante ouvir as contribuições e entender a bagagem teórica e informacional que cada aluno oferece, após por este reconhecimento é possível trazer os conceitos fundamentais para o desenvolvimento educacional correto. Freire (2000) diz que o homem se divide em dois mundos, um que oferece opções de mudanças através da educação e outro que contém homens esmagados, acomodados, que duvidam da capacidade de mudança e evolução, e diz: “Não há educação fora das sociedades humanas e não há homem no vazio”, todos são capazes de contribuir, basta buscar para si o que realmente enquadra em seu modelo e cultura, a sociedade é contraditória, sempre buscando preservar-se, com grande necessidade de configurar-se, não é preciso ter medo da mudança e sim da mesmice, é necessário avançar diante de certos assuntos e um deles vem sendo apresentado na Educação Ambiental.

A educação é a base de um cidadão, a importância de um modelo bem executado e aprendido corretamente forma consciências nas pessoas, segundo Chalita (2002) é preciso que seja aplicada uma educação holística para os alunos, que viabilize a construção de cidadãos críticos capazes de compreender e buscar alternativas nas trocas de saberes, formulando novos conceitos construindo conhecimento. A partir disto é possível atuar com novas estratégias responsáveis pela transformação social traga pela informação educacional.

As questões ambientais vêm ganhando espaço nas conferências e reuniões governamentais, agora já obrigatórias sua exposição nas escolas desde as séries iniciais; a sociedade se mostra preocupada com a situação da natureza. Na atualidade o reconhecimento do sujeito causador do problema já foi realizado, agora é preciso trabalhar com as informações de forma a auxiliar na formulação ideológica e prática de cada cidadão, neste contexto Cassino (1998) afirma:

As questões ambientais assumem na atualidade força e penetração junto às comunidades. Seus desdobramentos são conhecidos; sabe-se que a fragilidade do meio natural coloca em jogo a sobrevivência das populações humanas. Esta consciência fez produzir ao longo das últimas décadas o movimento ambientalista, que no rastro do crescimento das preocupações ecológico-ambientalistas criou as condições para o surgimento e o desenvolvimento de um currículo atrelado a essas questões.

A educação formal nas escolas é legitimada por leis e não pelo cotidiano cultural, por este motivo a Educação Ambiental é vigorada e tida como presencial nas matrizes escolares e devem ser trabalhadas nas escolas desde o ensino fundamental, para que a ideia de conscientização abra leques no desenvolvimento educacional, (CARNEIRO, et al 2013).

Para que houvesse a integração da Educação Ambiental nas escolas, algumas leis entraram em vigor, segundo Brasil (1981) a primeira lei a ser promulgada foi a 6.938 de 1.981 que instituiu a Política Nacional de Meio Ambiente, dando força a pesquisas voltadas a estações ecológicas e reforçando os planos de Educação Ambiental.

Alguns anos mais tarde, foi instituída a Política Nacional de Educação Ambiental, pela promulgação da lei 9.795, de 27 de abril de 1999, que estabelece a obrigatoriedade da Educação Ambiental em todos os níveis do ensino formal, objetivando a conscientização da sociedade pela preservação da natureza desde o início do desenvolvimento de cada cidadão (BRASIL, 1999).

Um importante aspecto sobre a compreensão do que realmente vem a ser Educação Ambiental deve ser repassada nas escolas, afirmando os reais objetivos e expondo claramente os conceitos desta disciplina, para não se torne apenas um conteúdo transdisciplinar. Dias (2004) mostra que a Educação Ambiental deve ser vista como uma intensa mudança de valores ambientais na educação escolar aprendida, que vem a ser bem diferente dos conceitos conservacionistas, ou mesmo na intenção de repassar aos alunos a forma correta de proteger os recursos naturais e criar práticas voltadas à sustentabilidade ambiental. A disciplina voltada a Educação Ambiental é de fundamental importância para os alunos de series iniciais, pois é quando inicia a formulação de responsabilidade e deve ser trabalhada corretamente para que esta confusão de conceitos educacionais não ocorra, mesmo havendo falta de materiais ou *tempo* por parte dos educadores, para ofertá-la corretamente.

As escolas são espaços privilegiados que ofertam conexões e informações, traduzindo como possibilidade da formação de cidadãos conscientes de suas responsabilidades ambientais com posturas diante das atitudes ao meio (LIMA, 2004). Esta conscientização pela preservação não deve apenas a ser exigida nas escolas, mas em todos os lugares para todos os públicos, como proteção patrimonial ambiental, intuindo haver transformação antropocêntrica da sociedade, sendo necessária uma visão adequada e bem informatizada da problemática, isto ganha respaldo ainda maior com iniciação desde a infância. A informatização ambiental para as crianças traduz em responsabilidades dos atos futuros.

Sendo assim é possível perceber a importância de tratar com mais vigor e prudência os trabalhos voltados a Educação Ambiental nas escolas, pois oportuna aos alunos e à

comunidade de uma percepção da responsabilidade imposta por cada um pelo meio ambiente, assim através da sensibilização conceitual cria novas atitudes e propicia a divulgação de valores verdadeiros e humanistas, uma vez que se veem como agentes ativos na criação dos saberes. A visão de mundo muda pela realidade agora enxergada, tratam de partilha do conhecimento e da liberdade de opiniões na criação de cidadão críticos de suas ideias.

Análise da aplicabilidade da Educação Ambiental nas escolas

Ao se tratar da aplicabilidade correta da Educação Ambiental nas escolas como disciplina separada, conforme estabelecem as leis citadas acima, é notória a fragilidade do sistema educacional.

A temática padece de isolamento, sendo sensibilizada a todas as aplicações conceituais, não alcança o espaço necessário para trabalhar as informatizações precisas aos alunos e nem o apoio do governo para levá-la a sociedade. Mas mesmo assim devem ser trabalhadas por propostas e ações sociais através da cultura e da própria educação, pelos educadores e a sociedade, desta maneira as informações e práticas se conectarão, e os saberes poderão ser repassados através das experiências adquiridas (BRANDÃO, 2007).

Neste contexto, Vanconsellos (1997) introduz dizendo que para haver a compreensão do trabalho educacional voltado a Educação Ambiental, é preciso ser atuante nas reflexões das relações do homem consigo mesmo, com seus semelhantes, e do homem com a natureza. As trocas de informações são excepcionais para os saberes complementares e fundamentais no processamento individual da mudança conceitual de qualquer paradigma.

Assim, as escolas surgem como o melhor lugar para que ocorra este contato, pelas relações reflexivas que podem ocorrer entre um grupo de pessoas, na troca de conhecimento através das atividades pedagógicas. Os trabalhos escolares são a base na criação da autoconfiança dos indivíduos, que precisam ser executados em sala de aula e em campo, para que o teórico possa ser comprovado na visualização palpável do aluno na prática (DIAS, 1992). Estas atividades reflexivas muitas vezes não são possíveis de ocorrer, pela falta de recurso, ou mesmo o tempo que não é reservado para isto, deixando que pequenos atos auxiliem na transformação de um pensamento fixado na ideologia incorreta de conceitos pragmáticos.

Na concepção de Ab'Saber (1991) a Educação Ambiental nas escolas é mais que uma disciplina, ela ensina a viver em sociedade, a ter valores, a criar saberes que beneficia todos, por reconhecimento de suas responsabilidades, tendo uma educação transformada. Sendo assim, destaca o autor:

“[...] a Educação Ambiental é uma coisa mais séria do que geralmente tem sido apresentada, em nosso meio. É um apelo à seriedade do conhecimento e, uma busca de propostas corretas de aplicação das ciências. Uma ação, entre missionária e utópica, destinada a reformular comportamentos humanos e recriar valores perdidos e ou jamais alcançados. Um processo de educação que garante um compromisso com o futuro, envolvendo uma nova filosofia de vida e um novo ideário comportamental, tanto no âmbito individual, quanto no coletivo” (AB’SABER, 1991, p. 2).

Estas indagações sobre a falha de coerência e coesão na aplicabilidade da Educação Ambiental pode ser descrita e afirmada por falhas dos próprios educadores e das políticas públicas. A falta de apoio político na formação qualitativa e continuada dos professores, ou na capacitação de profissionais adequados a exercer o papel de educador para construção de bases epistemológicas viáveis sobre a Educação Ambiental, pode ser a resposta para as dificuldades encontradas. Ações ambientais de forma reflexiva devem ser trabalhadas com vigor, possibilitando o desenvolvimento individual da criança (ZAKRZEWSKI, 2003). Dado que o processo de informatização e criação de um sujeito crítico acarreta uma longa trajetória, e necessita de diálogo e compreensão do assunto para que a mudança de paradigmas não se torne um obstáculo e sim resulte em reflexões que a mostre os verdadeiros valores do trabalho.

Diversas são as dificuldades que poderiam ser apresentadas como resposta da má aplicação da Educação Ambiental nas escolas brasileiras, Andrade (2000) optou por trazer uma referência ao indagar que os pensamentos de mudanças conceituais e físicas do ambiente escolar, podem trazer desconforto ou “trabalho” para escola, e isto reprimi a mudança de comportamento na execução das atividades.

“... fatores como o tamanho da escola, número de alunos e de professores, predisposição destes professores em passar por um processo de treinamento, vontade da diretoria de realmente implementar um projeto ambiental que vá alterar a rotina na escola, etc, além de fatores resultantes da integração dos acima citados e ainda outros, podem servir como obstáculos à implementação da Educação Ambiental”(ANDRADE, 2000).

Autores como Guedes (2006), afirmam também que alguns sistemas com portes tradicionais, não conseguem se desenvolver e aderir aos processos atuais da educação, assim como a integração da Educação Ambiental como disciplina, com isso acaba dificultando a inserção correta da mesma na matriz curricular.

Estas dificuldades de repassar o que é correto sobre a Educação Ambiental de forma adequada, apenas resultam em perda aos alunos, que deveriam ter a oportunidade de crescer com os saberes já aprimorados e reconhecendo sua responsabilidade diante da natureza. Já que segundo Brasil (1999) é imprescindível deixar de seguir as normas conforme propostas

pelo MEC. A Lei 9.795/99 ao estabelecer obrigatoriamente que “*a educação ambiental deva estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo*”.

Mas deve ficar claro, a ideia de que a escola não é o único espaço que seja possível à concepção do ambiente em sua totalidade, que proporciona a compreensão das inter-relações dos diversos aspectos que envolvem a realidade pela Educação Ambiental, este diálogo deve ocorrer também na comunidade, se tornando fundamental e indispensável, o repasse de informações para que ocorra a elaboração própria de enunciados e propostas, que visam mostrar a importância do ambiente para a sociedade como elemento de realização social e de estimular ações mais justas dos indivíduos entre si pelos conjuntos naturais.

Conclusão

Ao trabalhar com o tema Educação Ambiental é esclarecedora a percepção que não se trata apenas de enxergar a degradação que o homem designa na natureza, vai muito além disto, visa alcançar a compreensão da importância que o meio ambiente tem para vida no presente e no futuro, se tornando capaz de criar percepções diferentes da realidade e dos costumes habituais.

A promoção do tema visa acrescentar nas escolas um saber contínuo que deve ser trabalhado como disciplina separada, para que seja possível aprofundar nas teorias metodológicas impostas e necessárias, para formulação de conceitos coerentes com a realidade. Ser apenas um assunto entre outros trabalhos disciplinares transversais não alcança a formulação do saber que a Educação Ambiental necessita desta maneira, o reforço da atenção para ela se traduz em construir pensamento perante a sociedade que alcance respostas aos problemas ambientais.

A visão e a compreensão social da degradação da natureza são notadas por todos, assim sendo confirma a importância de trabalhar a Educação Ambiental como princípio básico nas escolas e na sociedade. Isto se conduz na preocupação presente de conservar e/ou melhorar o planeta, o tornando mais saudável para ofertar as gerações futuras, com ações na tomada de decisões por projetos e trabalho comunitários envolvendo todos, viabilizando a defesa do meio ambiente.

Este modelo de educação consiste em adotar a educação ambiental como princípios educativos nos currículos escolares, na qual pode ser repassada a comunidades de todas as formas e em todos os lugares, não somente nas escolas e para o público infantil. O que vem a

ser mais importante é compreender que Educação Ambiental, se resulta transformação dos valores étnicos culturais e humanista, pela solidariedade e o respeito a diferença diante da participação comunitária dos saberes, que se trata da identidade pessoal, como papel principal sensibilizar, informatizar e responsabilizar todos os cidadãos pelas atitudes diante da natureza, estimulando a mudança de valores individuais e coletivos, que reflete no bem estar do lugar de habitação e conservação ambiental.

Dentro deste contexto, foi buscado refletir sobre os desafios que a Educação Ambiental pode encontrar ao ser repassado nas escolas, objetivando estes princípios descritos acima. Ela como qualquer outra disciplina encontra barreiras, e necessita de aprofundamento na compreensão dos conceitos corretos para sua aplicabilidade, para que assim possa oferecer bons resultados. O que vem a ser necessário de mais urgente seria um projeto político pedagógico teoricamente fundamentado na apresentação objetiva da matéria, mostrando seus fundamentos e importância para o desenvolvimento intelectual do aluno e da comunidade, diante da situação ambiental.

Referencial Bibliográfico

AB' SABER, A .N. 1991. **(Re) Conceituando Educação Ambiental**. MAST- Museu de Astronomia e Ciências Afins/CNPq.

ANDRADE, D. F. **Implementação da Educação Ambiental em escolas: uma reflexão**. In: Fundação Universidade Federal do Rio Grande. Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental, v. 4.out/nov/dez 2000.

ANDRADE, Maria Margarida. **Introdução a Metodologia de Trabalho Científico**. 7º ed. São Paulo Atlas, 2006.

BRANDÃO, C. R., 2007. **Ainda há tempo?** In: **Encontros e Caminhos: Formação de Educadoras(es) Ambientais e Coletivos Educadores**. Luiz Antonio Ferraro Júnior (org.). Brasília: MMA, Diretoria de Educação Ambiental. Volume 2.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Lei n. 9.795/1999**. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=321>>. Acesso em: 14 jul. 2014.

BRANDÃO, C. R. **O que é educação?**. São Paulo: Brasiliense, 1986. (Coleção Primeiros Passos).

BRANDÃO, C. R., 2007. Ainda há tempo? In: **Encontros e Caminhos: Formação de Educadoras(es) Ambientais e Coletivos Educadores**. Luiz Antonio Ferraro Júnior (org.). Brasília: MMA, Diretoria de Educação Ambiental. Volume 2. 352 p. pág 3-13.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria da Educação Fundamental. **A implantação da educação ambiental no Brasil: meio ambiente e saúde**. Brasília, 1997b.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Lei n. 6.938**, de 31 de agosto de 1981. Política Nacional do Meio Ambiente. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/Leis/L6938org.htm>>. Acesso em: 15 jul. 2014.

CASCINO, Fabio; JACOBI, Pedro; OLIVEIRA, José Flávio de; **Educação, meio ambiente e cidadania: reflexões e experiências**; São Paulo: CEAM, 1998.

DIAS, Genebaldo. F. **Educação ambiental: princípios e práticas**. 9.ed. São Paulo: Gaia, 2004.

DIAS, Genebaldo Freire. **Educação Ambiental: Princípios e Práticas**. 3ª ed. São Paulo; Gaia, 1992.

CADERNOS SECAD. **Educação Ambiental: aprendizes de sustentabilidade. Ministério da Educação Secretaria de Educação Continuada, alfabetização e diversidade (SECAD/MEC)** Brasília, março de 2007. Organização: Ricardo Henriques. Rachel Trajber.

CARNEIRO, A.; F.; OLIVEIRA, C.; V.; CUSTÓDIO, E.; M.; O.; NETO, S.; C.; G.; **Educação Ambiental e o Poder Público Municipal de Vilhena, Rondônia**. Rev. Eletrônica Mestr. Educ. Ambient. E-ISSN 1517-1256, v. 30, n.2, p. 152-168. Acesso em 15/07/2014.

FERRARO JUNIOR, L. A. (Org.). : **Encontros e Caminhos: Formação de Educadoras(es) Ambientais e Coletivos Educadores – Volume 3** Brasília: MMA/DEA, 2013.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 24ed. São Paulo: paz e Terra, 2000.

GUEDES, José Carlos de Souza. **Educação ambiental nas escolas de ensino fundamental: estudo de caso**. Garanhuns: Ed. do autor, 2006.

LIMA, Waldyr. **Aprendizagem e classificação social: um desafio aos conceitos**. Fórum Crítico da Educação: Revista do ISEP/Programa de Mestrado em Ciências Pedagógicas. v. 3, n. 1, out. 2004. Disponível em: <<http://www.isep.com.br/FORUM5.pdf>>. Acesso em: 14 jul. 2014.

LOUREIRO, C. F. B., 2003. Cidadania e meio ambiente. Série **Construindo os Recursos do Amanhã**, v.1. Centro de Recursos Ambientais – CRA, 168p.

MEIRELLES, Maria de Sousa; SANTOS, Marly Terezinha. **Educação Ambiental uma Construção Participativa**. 2ª ed. São Paulo, 2005.

Ministério da Educação Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad/MEC). **Educação Ambiental: aprendizes de sustentabilidade**. Brasília, março de 2007.

SCHINKE, Gert. **Ecologia política**. Santa Maria: Tchê, 1986.

VASCONCELLOS, H. S. R. **A pesquisa-ação em projetos de Educação Ambiental**. In: PEDRINI, A. G. (org). **Educação Ambiental: reflexões e práticas contemporâneas**. Petrópolis, Vozes, 1997

ZAKRZEWSKI, S. B., 2003a. **Cenários da Trajetória da Educação Ambiental**. In: **A Educação Ambiental na escola: abordagens conceituais**. Sônia Balvedi Zakrzewski (org.). Programa de Educação Ambiental Barra Grande. Laboratório de Educação Ambiental /LEA – URI – Campus de Erechim. Série Caderno Temáticos de Educação Ambiental. Caderno Temático 1. Erechim/RS. Edifapes, 132 p.il.